

Plano de Ação para Conferência da ONU sobre racismo



frodescendentes, migrantes, povos indígenas e cigan@s, entre outr@s, têm sido vítimas de uma longa história de desrespeito aos direitos humanos. O problema será discutido este ano durante a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, realizada pela ONU.

No dia 1º de junho, encerrou-se em Genebra (Suíça), a 2ª reunião do Comitê Preparatório (PrepCom) para a Conferência. Durante 13 dias, discutiu-se a proposta de Declaração e o Plano de Ação a serem aprovados na África do Sul.

Página 6

RedeSaúde promove debate sobre morte materna

Seminário, realizado no Congresso Nacional, teve o objetivo de discutir a grave situação das mulheres que são vítimas de maus tratamentos antes, durante e após o parto. Estima-se que cinco mil mortes maternas evitáveis ocorrem anualmente no Brasil. Há 17 anos, a taxa nacional de mortalidade materna está estacionada em um patamar 10 a 20 vezes superior à dos países do Primeiro Mundo.

A RedeSaúde também buscou contribuir para o debate das principais questões apontadas pela CPI sobre Mortalidade Materna, em andamento na Câmara dos Deputados.



Página 8

VOTAÇÃO DE PROJETOS Páginas 4 e 5

GASTOS PÚBLICOS X SAÚDE DA MULHER Página 8

..... ASSÉDIO SEXUAL AGORA É CRIME Página 11

Editorial

Luz! Quero Luz!

epois da crise política que eclodiu com a violação do painel do Senado e com as “negociações” para evitar a instalação da CPI da corrupção, a crise energética tomou conta das nossas vidas. Em cada casa, pesa mais esta responsabilidade sobre os ombros das mulheres. Afinal, eletrodomésticos desligados resultam em **economia de eletricidade**, mas certamente em maior dispêndio de energia das mulheres. Quem fiscaliza a cada meia hora se as luzes estão apagadas e o tempo que a garotada gasta no banho?

Certamente a nova crise, sobreposta a outras, vai consumindo “energias mis”. Afinal, nada se perde, nada se cria, tudo se transforma. Muita energia elétrica vai ter que ser transmutada em outras formas de energia para conviver com as imposições desta crise no sentido da redução de investimentos e, ao mesmo tempo, de manutenção do superávit do balanço de pagamentos.

Já chegamos ao meio do ano, e os **gastos públicos com a Saúde** ainda não bateram na marca de ¼ do que estava previsto no Orçamento. Se focalizarmos os programas que dizem respeito mais especificamente à saúde da mulher, a situação fica ainda pior: a execução orçamentária dos parques reais a eles destinados, em geral, tende a zero. (veja matéria na pág.10).

A verdade é que com gastos públicos ou sem eles, a saúde das pessoas continua precisando de cuidados, e se o Estado foge às suas responsabilidades, elas têm de ser repassadas a outras esferas. Não é novidade que nas comunidades, nas famílias, o cuidado com a saúde, a assistência aos doentes é uma atividade realizada, sobretudo, pelas mulheres.

Temos muitos meses pela frente e esta situação ainda poderá ser revertida. Entretanto, é fundamental ter a dimensão das adversidades, especialmente porque se há uma coisa que não vem mudando nesta seqüência de crises são as bases do acordo entre o governo brasileiro e o FMI.

Como afirmou Cândido Grzybowiski, “Não creio que seja possível resistir à aspiração da sociedade brasileira por mais ética na política. Estamos em um momento em que a busca de luz é vital, seja a que dá transparência às relações e práticas políticas, seja a que explica porque não teremos eletricidade para

iluminar as nossas noites e nos dar conforto, no trabalho e no lar.”

A energia produzida e investida nesta busca pela luz é, na verdade, o meio mais eficaz de

construir as saídas. Começando o milênio, no mês de janeiro, estivemos presentes no Fórum Social Mundial, seguimos incidindo e intervindo em processos globais como os das Conferências das Nações Unidas de Financiamento para o Desenvolvimento, e contra o **Racismo**. Em nível nacional, estamos montando os pilares que edificarão uma conferência nacional feminista em 2002. Estas são algumas, entre muitas usinas produtoras de energia que estão em pleno funcionamento. O combustível fundamental que as move é o exercício ativo da cidadania por mulheres, e também por homens, firmemente comprometidos com os valores democráticos.



CFEMEA
Centro Feminista de
Estudos e Assessoria

SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602,
Ed. Venâncio 3000, CEP: 70716-000,
Brasília-DF – Brasil
Telefone: (61) 328-1664
Fax: (61) 328-2336

E-mail: cfemea@cfemea.org.br

Home page:

<http://www.cfemea.org.br>

Conselho Deliberativo:

Leila Linhares, Maria Aparecida Schumacher, Maria José Rosado e integrantes do Colegiado Diretor: Almira Correia de C. Rodrigues, Guacira César de Oliveira e Malô Simões Lopes.

Conselho Consultivo:

Albertina Costa, Carmem Campos, Clair Castilhos, Fátima Oliveira, Heleieth Saffioti, Jacira Melo, Jacqueline Pitanguy, Leilah Borges Costa, Mara Régia, Marcelo Lavenere, Margareth Airlha, Maria Amélia Teles, Maria Bethânia Melo Ávila, Nair Goulart, Salette Maccaoz, Sônia Correa, Sueli Carneiro

Comitê de Especialistas:

Álvaro Vilaça, Comba Porto, Delaine Martins, Edna Roland, Ella Wieko, Éster Kosovski, Gilberta Soares, Hildete Pereira, Paola Cappellin, Sílvia Pimentel

Conselho Fiscal:

Cristina Araújo, Elisabeth Oliveira, Maria do Carmo Seabra

Demais integrantes da equipe:

Adriano Fernandes Cavalcante, Aldnéia Viana de Araújo, Catherine Braga Monteiro, Cláudia Almeida Teixeira, Dyana Yzabel Azevedo Dias, Eliana Magalhães Graça, Elizabeth Saar, Fabiana Zamora, Gilda Cabral, Iáris Ramalho Cortês, Iéris Barros Luna, Mirla de Oliveira Maciel, Sérgio Gomes Timóteo e Sônia Malheiros Miguel.

Conselho de Parlamentares do Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA:

Deputadas Fátima Pelaes, Jandira Feghali, Iara Bernardi, Laura Carneiro, Luci Choinacki, Maria Elvira, Rita Camata, Yeda Crucius e Zulaiê Cobra. Deputados Alceu Colares, Eduardo Jorge, Fernando Gabeira, João Grandão, José Genoíno, Miro Teixeira e Paulo Paim. Senadoras Emília Fernandes e Maria do Carmo Alves. Senadores Ademir Andrade, Lúcio Alcântara e Roberto Freire.

Assessora de Imprensa

Edna Maria Cristina Santos
RP 1439/08/60 DF

Jornalista Responsável:

Michelle Cristiane Lopes Barbosa
RP 4825/DF

Apoio:

Fundação FORD, FNUAP e UNIFEM

Tiragem:

12.500 exemplares.

Editoração Eletrônica:

Compukromus Editoração e Assessoria Gráfica Ltda.

Impressão:

Athalaia Gráfica e Editora Ltda.

Cidadania: instrumento de combate à impunidade

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos promoveram, entre os dias 30 de maio e 1º de junho, a 6ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, com a parceria de organizações, da sociedade civil e governamentais. Participaram do evento cerca de mil pessoas, representantes de todos os estados do país.

A Conferência foi aberta com o lançamento de dez publicações, entre as quais destacam-se “Mulheres Negras: Um Retrato da Discriminação Racial no Brasil”, produzida pela Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), “Cidadania Também é Beleza”, produzida pelo UNIFEM, AVON, CFEMEA e CECIP e “Direitos Humanos no Mercosul”, organizada pela CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação.

Os debates trataram de temas como a discriminação racial, instrumentos para a defesa da cidadania, a implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos e a impunidade como violação dos direitos humanos, entre outros.

Uma decisão importante adotada foi a partici-



pação de mulheres preocupadas com as questões de gênero, em todos os painéis e oficinas. Durante a apresentação das sínteses dos trabalhos em grupo as participantes demonstraram preocupação quanto à efetivação dos direitos humanos no Brasil e no planeta.

Propostas de trabalho

Durante a Conferência, foram definidas metas para o trabalho deste ano: a realização de uma campanha contra a impunidade (considerada pelos conferencistas um fator alimentador de violações de direitos humanos); a criação de um sistema de proteção dos Direitos Humanos; e a implementação do plano de ação a ser aprovado na Conferência da ONU sobre racismo e discriminação.

As entidades que participaram da Conferência comprometeram-se com o encaminhamento das resoluções e recomendações previstas na “Carta da Igualdade e Contra a Discriminação”, lançada ao final do encontro. O documento está disponível no site do CFEMEA: www.cfemea.org.br.

Chamado para Ação

Menina

Que brilha. Que vida. Querida.
Que sente. Que mente. Que pena.
Que cena. Que sina. Que sonha.
Sozinha.
(parte da poesia vencedora)

A Anis: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, em parceria com a Universidade Católica de Brasília realizou, entre os dias 28 e 31 de maio, a 1ª Semana de Direitos de Mulheres e Meninas: Cidadania e Saúde em Brasília. A Ong preparou o evento para comemorar o Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher, 28 de maio, que incluiu concurso de contos, fotografias, poesias e ensaios, além de debates, oficinas e lançamento de livros.

“Foi uma surpresa! Conseguimos público maior do que esperávamos, e mais diverso também”, avalia Débora Diniz, da Anis. Foram mais de 100 participantes inscrit@s: adolescentes, donas-de-casa, advogad@s, médic@s, sociólog@s, legisladores,

artistas.

A mesa redonda Tecnologias Reprodutivas, Legislativo e Ética contou com a participação da profa. Dra. do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Marilena Corrêa; do promotor do Distrito Federal Diaulas Ribeiro; e da socióloga, assessora parlamentar do CFEMEA, Elisabeth Saar. A preocupação das feministas é assegurar a saúde das mulheres e os direitos já conquistados no desafio que é a regulamentação, controle e implementação de políticas públicas específicas para as novas tecnologias reprodutivas.

Herivaldo Vilela foi o vencedor na categoria fotografia. Ele é presidiário, cumpre sua pena em regime semi-aberto e cursa Direito no UniCeub, com bolsa concedida pela Faculdade em Brasília. O 1º lugar na categoria poesia foi para “Volte Menina Preposição Rua” de Francisco Gollo, estudante universitário de 19 anos. O estudante Cristiano de Souza, 24 anos, ganhou na categoria conto.



No mês de maio, o Congresso Nacional continuou em “tempos difíceis”. No Senado Federal tivemos a renúncia de dois Senadores. A Câmara dos Deputados “parou” para discutir as atitudes do Governo em relação à CPI da Corrupção e ao apagão. Mais uma vez, a votação de projetos que estavam em pauta foi

Prevenção de DST e AIDS

No mês de maio, dois projetos sobre a prevenção de DST/AIDS foram aprovados na CCJR. O primeiro deles refere-se à criação de Programa de Orientação Sexual, de Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis e do Uso Abusivo de Droga. O objetivo é ampliar, para todo o território nacional, o projeto do Ministério da Saúde que vem sendo desenvolvido em escolas municipais de várias cidades brasileiras. A novidade é a abordagem do problema, com programas específicos e multidisciplinares, vinculados à programação da escola, de forma sistemática e contínua, sob a coordenação de educadores com interesse e disponibilidade para o assunto.

Reconhecimento de paternidade

Mais um projeto (com mais quatro outras proposições que tramitavam em conjunto) foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação que trata do reconhecimento de paternidade. Este projeto trata da gratuidade do exame de DNA, nos processos de reconhecimento de paternidade, para pessoas comprovadamente carentes. Foi um passo importante, pois a maioria dos projetos sobre o tema tem tido dificuldades de aprovação exatamente pela questão financeira.

Violência Doméstica

Mais uma vitória no combate à violência doméstica. A Comissão de Seguridade Social aprovou a proposição que permite o afastamento cautelar (ordem expedida de imediato pelo juiz) do agressor da habitação familiar. No Brasil, é possível o juiz da Vara de Família conceder tal afastamento cautelar. A grande maioria dos casos de violência doméstica que chegam ao Poder Judiciário são referentes a crimes de lesão corporal e ameaça, nos quais é quase impossível a decretação de uma prisão cautelar, razão pela qual é indispensável que o Juízo criminal tenha possibilidade de determinar tal afastamento.

Saúde Materna

Foi aprovado o Projeto que prevê o controle do uso da talidomida, droga que desde 1962 estava banida no país. Entretanto, voltou a ser utilizada especificamente na prevenção de lesões resultantes de algumas doenças dermatológicas como a hanseníase e a AIDS. A talidomida é responsável por más formações congênitas quando ingeridas por mulheres grávidas. Seus efeitos maléficos tornaram-se conhecidos no final dos anos 50.

Aposentadoria para trabalhadoras rurais

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou projeto que altera a lei sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. O objetivo é permitir que, para com-

provação do tempo de atividade rural, o documento apresentado pelo chefe de família seja válido para sua esposa ou companheira, para efeitos de aposentadoria por tempo de serviço do segurado especial.

Licença para mãe adotante

A licença-maternidade para a mulher segurada da Previdência Social que adotar criança até oito anos de idade foi aprovada pela Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados. A relatora, deputada Jandira Feghali, apresentou um substitutivo englobando outras nove proposições. O substitutivo é fruto de acordo com o Ministro da Previdência Social, Roberto Brant. Propõe que o período de licença varie de acordo com a idade da criança adotada: 120 dias até um ano de idade; 60 dias de 1 a 4 anos; 30 dias de 4 a 8 anos. A licença só será concedida mediante a apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã. A Comissão se comprometeu, em conjunto com a autora do Projeto, a fazer gestões junto ao Presidente da Câmara para que a proposta entre na pauta do Plenário, com pedido de urgência urgentíssima.



Proposições que tramitaram no mês de maio no Congresso Na-

Nº da Proposição/Ementa	Autor	Tramitação
SAÚDE MATERNA - PL 1641/99 - dispõe sobre o controle do uso da talidomida.	Senador Lúcio Alcântara - PSDB/CE	Aprovado na CCJR e caso não haja recurso, segue para o Senado.
PREVENÇÃO DE AIDS PL 66/99 - Dispõe sobre a criação de Programa de Orientação Sexual, de Prevenção das DST/AIDS e do Uso Abusivo de Drogas e dá outras providências.	Dep. Paulo Paim - PT/RS	Aprovado na CCJR e segue para o Senado, caso não haja recurso.
PL 339/95 - Institui a obrigatoriedade da veiculação gratuita, pelas emissoras de rádio e televisão do país, de mensagens alusivas e formas de prevenção contra a AIDS.	Dep. Jacques Wagner - PT/BA	Aprovado na CCJR e segue para o Senado, caso não haja recurso.
PREVENÇÃO DE CÂNCER PL 340/95 - Institui a Carteira Nacional de Prevenção do Câncer Ginecológico e Mamário	Dep. Aloysio Nunes Ferreira - PMDB/SP	Aprovado na CCJR e segue para o Senado, caso não haja recurso.
PLC 84/00 - Trata da obrigatoriedade de realização de exame de prevenção de câncer ginecológico para funcionárias públicas federais.	Dep. Ricardo Izar - PMDB/SP	Aprovado na CAS e segue para a CCJC.
EDUCAÇÃO PL 2864/97 - Dispõe sobre a assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais até os 6 anos de idade, em creches e pré-escolas.	Dep. Paulo Paim - PT/RS	Rejeitado na CSSF e segue para a CCJR.
DIREITOS CIVIS PL 1504/96 - possibilita à população carente, a utilização do exame de DNA para os casos de investigação de paternidade.	Dep. Edson Ezequiel - PDT/RJ	Aprovado na CFT e segue para a CCJR.
PL 352/95 - Permite o registro de união, como casamento, após 5 anos de vida em comum.	Dep. Laura Carneiro - PFL/RJ	Aprovado na CCJR e segue para o Plenário da Câmara.
VIOLÊNCIA PL 2372 - Dispõe sobre o afastamento cautelar do agressor da habitação familiar.	Dep. Jandira Feghali - Pcdob/RJ	Aprovado na CSSF e segue para a CCJR.
LICENÇA GESTANTE PL 1733/96 - Dá nova redação ao Art. 392 da CLT, estabelecendo o direito à licença maternidade para a mãe adotante.	Dep. Fátima Pelaes - PSDB/AP	Aprovado na CSSF e segue para a CTASP (caso não seja acatado o pedido de urgência)
TRABALHO E PREVIDÊNCIA PL 338/95 - Permite a apresentação do documento do chefe de família para comprovação do tempo de atividade rural, por esposa e companheira.	Dep. Fátima Pelaes - PSDB/AP	Aprovado na CCJR e segue para o Senado.

Legenda:

CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; CCJR - Comissão de Constituição, Justiça e Redação
CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família; CFT - Comissão de Finanças e Tributação

PrepCom discute Plano de Ação para Conferência da ONU sobre racismo

As múltiplas formas de discriminação sofridas pelas mulheres deverão ser visibilizadas. A intersecção entre os preconceitos de gênero e raça tem graves impactos sobre a vida das mulheres

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Este é um dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, firmada em 1948. O racismo, e todas as demais diferentes formas de discriminação constituem violação a este princípio. Afrodescendentes, migrantes, refugiad@s polític@s, povos indígenas, ciganos, entre outros, têm sido as vítimas de uma longa, e também contemporânea, história de desrespeito aos direitos humanos. O problema será amplamente discutido entre os dias 31 de agosto e 7 de setembro, em Durban (África do Sul). A Organização das Nações Unidas (ONU) vai realizar a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância. Representantes de todos os países integrantes da ONU e ativistas da sociedade civil deverão reunir-se para buscar medidas que impeçam a expansão do preconceito étnico

e dos conflitos violentos.

Os debates deverão abordar temas como o reconhecimento do tráfico de escravos como um crime contra a humanidade, a adoção de medidas para reparar tal crime, o desenvolvimento de ações afirmativas em busca da igualdade, além da garantia dos direitos dos povos indígenas, entre outras questões. As migrações internacionais, cada vez mais intensas, em razão da nova (des) ordem econômica mundial é outro problema para discussão. Desde 1998, organizações nacionais e internacionais estão participando dos preparativos da Conferência realizando estudos, investigações e apresentando recomendações. No dia 1º de junho, encerrou-se em Genebra (Suíça) a 2ª reunião do Comitê Preparatório (PrepCom) para a Conferência. Durante 13 dias, discutiu-se a proposta de Declaração e o Plano de Ação a serem aprovados na África do Sul.

Cerca de 20 representantes de organizações da sociedade civil brasileira participaram do encontro. As organizações credenciadas foram o CFEMEA, Criola, ENZP, Fala Preta, Geledés, IBASE, Maria Mulher e Quilombo Central-APN's. Estiveram presentes também representantes do MNU, CEAP, Conselho Mundial das Igrejas e Comunidade Baha'i. Na maioria, eram mulheres negras de diferentes ONGs e Redes. @s ativistas organizaram-se em grupos de pressão - chamados de "Caucus" - por temas e identidades específicas.

Participaram do 2º PrepCom 134 Estados-membros das Nações Unidas, e 189 organizações não-governamentais de todo o mundo.

Mulheres negras participarão de 3º Encontro Nacional

Entre os dias 26 e 29 de julho irá acontecer, em Belo Horizonte (MG), o 3º Encontro Nacional de Mulheres Negras. O evento tem como objetivo a organização das mulheres negras no 3º milênio para o combate ao racismo e à discriminação de gênero. Os eixos temáticos serão abordados por meio de palestras, painéis, dinâmicas e vivências, numa metodologia de caráter participativo que garanta a democracia e a troca de saberes entre as participantes.

O Encontro é uma realização do Fórum Nacional de Mulheres Negras, com o patrocínio do Ministério da Justiça, Ministério da Cultura, Fundação Palmares e Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Conta ainda com o apoio do CNDM e CFEMEA.

Mais informações pelo e.mail: enmnminas@hotmail.com

Fone: 31 – 3273 4315

Discriminação Racial e Gênero

Durante o 2º PrepCom, o Caucus Global de Mulheres trabalhou intensamente para garantir a discussão dos interesses das mulheres e meninas que são vítimas do racismo e/ou da discriminação étnica. A iniciativa foi necessária porque a intersecção entre as discriminações de raça e gênero tem graves impactos na vida das mulheres. O objetivo é visibilizar o problema e defender a importância de políticas públicas e programas com perspectiva de gênero e étnico racial. Para isso, é necessário denunciar os processos sócio-econômicos e culturais onde a cor da pele de uma mulher, sua etnia ou sua descendência resultem em discriminação. Na opinião de Cecília Millan (World YWCA), “as mulheres têm de ser rápidas, devem estar preparadas para aproveitar qualquer oportunidade de mostrar suas idéias traduzidas em conceitos políticos. As propostas devem ser escritas em uma linguagem de negociação, tratando-se de não perder a essência da visão feminista”.

O Caucus Global de Mulheres deixou registrado que a redução das responsabilidades do Estado no que se refere às políticas sociais (em especial nas áreas de trabalho, seguridade social e saúde) têm causado uma sobrecarga de tarefas para as mulheres em geral e tornado suas condições de vida ainda mais precárias, situação que se agrava sobremaneira quando se trata de negras e migrantes, por exemplo, sujeitas a múltiplas formas de discriminação. A Declaração e o Plano de Ação da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerân-

cia devem reconhecer esse fato e apontar soluções.

Antes da Conferência Mundial, em Durban (África do Sul), haverá mais uma reunião do Comitê Preparatório (PrepCom), marcada para o período de 30 de julho a 10 de agosto, em Genebra (Suíça).



AMB publica panorama sobre situação das mulheres negras no Brasil

“Mulheres negras: um retrato da discriminação racial no Brasil”. Este é o tema que inaugura a série “Dados e Informações”, produzida pela Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). A primeira edição aborda a situação de extrema desigualdade vivida pelas afrodescendentes no país. O documento é uma contribuição para os debates preparatórios da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância, que será

promovida pelas Nações Unidas.

A publicação também apresenta elementos culturais que promovem a discriminação racial, além de denunciar a omissão do Estado e a forma desumana pela qual a economia de mercado penaliza segmentos da população, especialmente as mulheres negras (23% da população geral do Brasil).

O levantamento, realizado pela AMB, mostra que o princípio da igualdade ainda está distante da

democracia brasileira. Para transformar essa realidade, é necessário uma autêntica revolução cultural. A sociedade brasileira precisa deixar a hegemonia branca e reorganizar-se de forma mais democrática e plural, para que os direitos humanos universais sejam garantidos.

Outras informações:

Fone: (61) 328 1664

E-mail: articulacao@cfemea.org.br

De acordo com o estudo, as famílias brasileiras chefiadas por mulheres negras são mais pobres. Elas chegam a receber salários 55% menores que os das trabalhadoras brancas.

Gastos públicos não contemplam saúde da mulher

Eliana Magalhães Graça
assessora parlamentar do CFEMEA



mujer/fempres n° 158

Observando no Orçamento do Ministério da Saúde(*) os principais projetos/atividades que especificamente atendem à saúde da mulher ou que as inclui, veremos, que para este ano de 2001, a execução financeira continua sendo baixa, pelo menos até o dia 11 de maio último. Até mesmo o Programa de Saúde da Família, definido como o carro chefe da saúde no Brasil, não foge a essa realidade, pois gastou somente 16,32% dos recursos previstos no Orçamento (projeto/atividade de Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à parte variável do Piso de Atenção Básica - PAB para a Saúde da Família).

No caso do atendimento à saúde da mulher, podemos agrupar os projetos/atividades pelo tipo de assistência prestada e teremos:

- **DST/AIDS** - neste campo somente dois projetos tiveram execução diferente de zero, que são: Campanha educativa de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis - DST e da síndrome da imunodeficiência adquirida - AIDS gastou 46,39% e Produção, aquisição e distribuição de medicamentos para tratamento dos portadores de DST/AIDS que gastou 24,33%. Outros nove projetos/atividades ainda não gastaram um centavo sequer.

- **Gestante de alto risco** - neste item estão agrupados os projetos/atividades: Implantação e ampliação de unidades de urgência/emergência e de gestantes de alto risco do Sistema Único de Saúde

(SUS) com zero de execução e Modernização e adequação de unidades de urgência/emergência e de gestantes de alto risco do SUS, tendo gasto 0,31% dos recursos aprovados.

- **Saúde da Mulher** - existem alguns projetos/atividades que

“constatamos que o governo segura a liberação de recursos para depois alegar a falta de tempo hábil para a efetivação dos gastos”



que as ações previstas não incluem nenhuma forma de atendimento direto. Compõem este item os seguintes projetos/atividades: Campanha educativa em atenção à saúde da mulher; Estudos e Pesquisas sobre a saúde da mulher; Promoção de eventos sobre a saúde da mulher; e Capacitação de recursos humanos para a promoção do planejamento familiar e da saúde da mulher. Destes somente a campanha educativa conseguiu executar algum valor diferente de zero: o percentual de execução está em 0,06% do total de recursos aprovados (R\$ 8,7 milhões) na lei

orçamentária de 2001. É importante ressaltar que o PAISM não consta mais dos projetos/atividades desenvolvidos pelo Ministério da Saúde.

- **Planejamento Familiar** - este projeto/atividade somente obteve recursos por emenda feita por parlamentar, que conseguiu alocar cem mil reais, dos quais ainda não foi gasto nem um centavo.

- **Prevenção e Tratamento do Câncer Cérvico-uterino** - este é um dos projetos/atividades que atendem especificamente às mulheres e que teve uma execução razoável de 15,82% dos recursos previstos (23,5 milhões de reais).

Outra área que o CFEMEA vem acompanhando, além da saúde da mulher, é a de combate à violência contra a mulher. A partir das mesmas planilhas datadas de 11 de maio, observamos que a execução orçamentária não variou de zero, execução feita ao projeto/atividade de Estudos e pesquisas sobre o direito da mulher que já gastou 14,36% dos recursos alocados no Orçamento.

O projeto/atividade de Manutenção e construção de casas abrigo para mulheres em situação de risco de vida, pelo qual o CFEMEA vem, por vários anos, defendendo o aumento de recursos previstos pelo governo por intermédio da apresentação de emendas de Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados, também não executou os recursos previstos. Em contato com o CNDM, encarregado da execução deste item, obtivemos a informação de que o prazo

dado para os estados apresentarem seus projetos para obtenção de recursos foi o mês de maio. Portanto, a não execução se deve ao fato de que só a partir de junho os recursos poderão ser liberados para os projetos em avaliação.

Uma conclusão que poderíamos tirar desta exposição seria a de que os dados se referem à metade do quinto mês do ano, e que tudo pode ser recuperado nos próximos sete meses. Em parte, isto é verdadeiro. Mas não podemos esquecer que este comportamento tem sido uma constante nos últimos anos. Pelo acompanhamento que temos feito, constatamos que o governo segura a liberação de recursos para depois alegar a falta de tempo hábil para a efetivação dos gastos e com isso se faz caixa com o resultado da não execução, ou remete o que restou para a rubrica de restos a pagar. Assim o governo economiza e atende aos compromissos com o FMI de obter superávit primário. Essa é uma das conseqüências do ajuste dos gastos públicos. Quem perde é a população que não vê atendidas as suas necessidades básicas por falta de recursos liberados.

O jornal Valor Econômico, do último dia trinta de maio, publica matéria mostrando que o setor

público brasileiro registrou em abril um superávit de 8,24 bilhões de reais no resultado primário de suas contas, o mais alto desde 91. E ainda ressalta que a economia feita nos quatro primeiros meses do ano foi de mais de 23 bilhões de reais, significando que as metas acertadas com o FMI para o primeiro semestre já foram alcançadas.

Enquanto isso, a execução geral do Ministério da Saúde está em torno dos 23%, demonstrando que se supera as metas com o FMI às custas da não atenção ou da atenção precária à saúde da população.

Do montante executado até maio, 98% se referem à manutenção do funcionamento da máquina do Ministério com o pagamento de pessoal e as outras despesas correntes (material de consumo, bens descartáveis, e outros). As despesas de investimento, com bens duráveis, construções, veículos, equipamentos ficaram em torno de 0,5% do que já foi executado; sendo os demais gastos destinados para o pagamento dos serviços da dívida (juros, encargos e amortização do principal).

Alocar recursos para investimento significa, no caso da saúde, crescimento e melhoria no potencial de atendimento à saúde da população. Aliado aos baixos salários

pagos hoje aos servidores públicos, esses baixos índices de investimento significam a manutenção do estado caótico do atendimento da saúde pública no Brasil.

Podemos concluir que a quase nula execução que observamos nos projetos/atividades relativos à saúde da mulher está seguindo a lógica de contenção dos gastos públicos, premissa básica do ajuste estrutural negociado pelo governo brasileiro com as instituições financeiras internacionais.

(*) - Com base no levantamento feito pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC - www.inesc.org.br), a partir das planilhas do Sistema de Administração Financeira do governo federal, (SIAFI).

Mulheres no Poder

Mulheres na política é tema de dossiê

Será lançada, em julho, a Revista Estudos Feministas (REF), que inclui, na edição nº 1 de 2001/ vol. 9, o dossiê "Mulheres na Política, Mulheres no Poder". Estudos Feministas é uma publicação acadêmica interdisciplinar que tem por objetivo dar maior visibilidade aos estudos feministas e de gênero, no Brasil.

A idéia do dossiê foi discutida entre a REF e o CFEMEA, durante a preparação do seminário "Mulheres na Política, Mulheres no Poder", realizado em maio de 2000, na Câmara dos Deputados e organizado pelo CFEMEA, CNDM e Bancada Feminina do Congresso Nacional.

Abre o dossiê, o artigo "Trans-

formando a diferença: as mulheres na política", de Miriam Grossi e Sônia Malheiros Miguel. Escrito a partir dos depoimentos de deputadas, vereadoras e prefeitas, presentes no Seminário, o artigo recupera os três grandes eixos do debate: as cotas, o significado do poder para as mulheres e a articulação entre as esferas do privado e da carreira política. A publicação também contém artigos de pesquisadoras que entrevistaram no Seminário: Solange Jurema Bentes, Delaine Martins, Mala Htun e Clara Araújo.

Traz ainda um artigo do cientista político Luís Felipe Miguel sobre

ações afirmativas para garantir a representação das mulheres no espaço legislativo. Já o texto de Maria Noemi Castilhos de Brito (in memoriam), escrito há 10 anos, nos relembra a introdução de um conceito até então pouco conhecido: o de "cidadania", termo que rapidamente extrapolou os muros da Academia e hoje parece totalmente integrado nas práticas militantes feministas.

Para adquirir a Revista Estudos Feministas entre em contato pelo telefone (48) 331-8211, e-mail ref@cfh.ufsc.br.

Morte Materna: desperdício de vidas

Cinco mil mortes evitáveis por ano. Esta é a situação atual das mortes materna no Brasil, segundo @s especialistas ouvid@s na CPI da Mortalidade Materna. A CPI foi instalada na Câmara dos Deputados em 27 de abril de 2000 com a proposta de identificar os fatores envolvidos na mortalidade materna e definir propostas para o problema. O relatório final está em fase de votação e elaboração. A previsão é de que ele esteja concluído em julho.

A Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (RedeSaúde) realizou, dia 30 de maio no Congresso Nacional, o seminário "Saúde ou Morte Materna? O desperdício de vidas e a discussão sobre leis, políticas públicas e controle social". O objetivo foi discutir a grave situação da mortalidade materna no Brasil e a importância dos instrumentos de controle social nesta área. A avaliação foi positiva: "é evidente que num dia só não dá para esgotar todas as questões colocadas nas mesas, mas saíram daqui vários conteúdos para continuarmos trabalhando", explica Maria Isabel Baltar, secretária executiva da Rede Saúde.

O seminário também contribuiu com reflexões para a CPI. "Vou levar as propostas apresentadas pela RedeSaúde para votação do relatório final", avisou a deputada presidente da CPI, Fátima Pelaes (PSDB/AP).

Entre os principais problemas para o estudo do óbito materno está o da subnotificação. Cerca de 70% das mortes maternas tiveram preenchido como "ignorado" o campo sobre o estado presente ou recente da gravidez. **Os estudos apontam que para cada morte registrada como de causa materna**

há, no mínimo, outra não declarada. A estimativa com o fator de correção é de 110 mortes por cem mil nascidos vivos, valor aproximado aos das nações mais pobres da América Latina. Nos países com situações socioeconômicas semelhantes à do Brasil a taxa é de 40 mortes por cem mil nascidos vivos.

"A Saúde da Mulher e o Controle Social" foi o tema da mesa redonda da tarde. As expositoras foram: Maria José de Oliveira Araújo, da RedeSaúde; Ana Cristina Tanaka, integrante dos Comitês de Mortalidade Materna em nível Municipal e Estadual no Estado de São Paulo e do Comitê Nacional; e Ana Maria Costa, coordenadora do Núcleo de Estudos de Saúde Pública da Universidade de Brasília.

Naturalização das mortes

A debatedora Maria Betânia Ávila, coordenadora geral e pesquisadora do SOS Corpo - Gênero e Cidadania, falou da necessidade de se desnaturalizar a morte materna. "Nem a gravidez, nem a morte em decorrência dessa gravidez são destino. Se alguém olha para uma mulher grávida de sete meses, com outra criança no braço e um balde de roupa lavada na mão, acha uma cena absolutamente normal, linda. Ninguém percebe que ali se constrói uma morte materna", coloca Betânia.

O perfil das vítimas de óbitos maternos reafirma a relação com a desigualdade social. Um terço vem de famílias com renda menor que 0,75 salário mínimo per capita, quase metade é analfabeta ou tem o 1º grau incompleto.

O conjunto de propostas da RedeSaúde para a redução da morte materna inclui: a revisão

das leis punitivas sobre o aborto, que é a 3ª causa de morte materna no País; a criação de Lei nacional que garanta a formação dos Comitês; a melhoria do sistema de notificação dos óbitos de mulheres em idade reprodutiva; o reforço dos mecanismos para controle do pagamento de cesáreas pelo Sistema Único de Saúde (o parto cesariano expõe a mulher a um maior risco de complicações e morte); e o acompanhamento e avaliação das escolas de ensino médico e de enfermagem.

Controle Social

A Comissão Nacional de Mortalidade Materna, criada pelo Ministério da Saúde em 1994, é composta por representantes de instituições governamentais, sociedades científicas, movimento de mulheres e especialistas e tem se revelado uma estratégia importante para a redução da mortalidade materna, juntamente com os Comitês estaduais e municipais. A função dos Comitês de estudo é identificar os níveis da morte materna, suas causas determinantes e propor medidas para sua redução.

No entanto, é preciso ultrapassar o dilema entre identidade de estudos e identidade política, vivido pelos comitês. E dar um lugar político mais visível, levando para o debate público o problema da mortalidade materna. "Temos de repensar novas direções e estratégias", afirma Ana Costa.



A Mulher e o Direito Penal - Assédio Sexual

No dia 15 de maio deste ano, com a sanção da Lei nº 10.224, o assédio sexual passou a ser considerado crime e agora faz parte do Código Penal Brasileiro, inserido no artigo 216-A.

Definição do Assédio Sexual na Lei

Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.

Pena para o crime de assédio sexual

Detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

De acordo com o artigo 226 do Código Penal, a pena poderá ser aumentada de quarta parte se o crime é cometido com o concurso de duas ou mais pessoas; se o agente é ascendente, pai adotivo, padrasto, irmão, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela ou ainda, se o agente é casado.

Traduzindo a Lei

Constranger é obrigar alguém a fazer alguma coisa que este alguém não quer fazer. O constrangimento é feito com ameaças, por exemplo, o patrão dizer a uma empregada que ela será demitida ou não terá o aumento a que tem direito se não deixar que ele lhe beije, dê uns "amassos", faça "sarro" com ela, passe a mão nas suas partes íntimas, etc.

Quem pode cometer este crime

A Lei nº 10.224/01 diz que o agente (aquela pessoa que pratica o crime) deve ser superior hierárquico ou ter ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.

Quem são essas pessoas

Superior hierárquic@ - é aquela pessoa que está, por qualquer motivo, acima de outra. É quem ocupa uma posição mais elevada que outra. Hierárquico vem de hierarquia, que é uma escala de valores, na sociedade ou em uma corporação qualquer. Uma pessoa superior hierárquic@ a outra é a que tem mais poder.

Ascendências inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função - ter ascendência no exercício de emprego, cargo ou função sobre outras pessoas é ter superioridade, preponderância, influência ou prestígio maiores que estas outras pessoas.

O exercício de cargo ou função é o desempenho de uma profissão ou atividade, por exemplo: exercício da medicina, da carpintaria, de um emprego em uma repar-

tição pública ou escritório particular, ou ainda qualquer outra profissão.

Exerce um cargo quem foi designado, por concurso público ou por convite, para qualquer tipo de emprego, público ou particular.

Portanto, em uma família, a mãe e o pai têm superioridade hierárquica sobre @s filh@s e @s empregad@s da casa.

Em uma empresa, @ don@, @ gerente ou @ chefe de seção tem superioridade hierárquic@ sobre @s empregad@s. Na escola, a diretora ou diretor, são superior@s hierárquic@s d@s professor@s, como também d@s alun@s e empregad@s da escola.

Em uma igreja, o padre e pastor, em suas funções, têm superioridade sobre os coroinhas ou @s fiéis.

Em um hospital, a diretora ou diretor, têm superioridade hierárquica sobre @s médic@s, enfermeir@s e empregad@s e tod@s est@s, são superiores, em suas funções, sobre @s pacientes.

Nas Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), bem como nas polícias Militar e Civil, existe uma ordem hierárquica bastante clara. O general é superior ao coronel, que é superior ao major, que é superior ao capitão, que é superior ao tenente, que é superior ao sargento, que é superior ao cabo, que é superior ao soldado.

O que a vítima de assédio sexual deve fazer

Denunciar o fato na Delegacia (de preferência em uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM), e pedir uma cópia do Boletim de Ocorrência. Deve também contar a pessoas amigas, colegas e familiares para que possam servir de testemunhas.

Este crime, regulamentado pelo Código Penal, quando julgado e se o agente for condenado, poderá servir para uma outra ação, a de indenização, que está regulamentada no Código Civil. O valor da indenização será arbitrada pela Justiça.

Nota: estamos usando o símbolo @ para masculino e feminino, quando falamos dos dois sexos. Exemplo: filh@ significa filha mulher e filho homem.

Acontece

Pluralidade

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de João Pessoa criou Comissões temáticas para estudos, pesquisas, elaboração, articulação e recepção das reivindicações da diversidade de mulheres. As Comissões serão compostas por representantes de entidades e militantes autônomas. O Conselho já elaborou a versão em braile da apresentação da entidade para as portadoras de limitações visuais. Mulheres indígenas, negras, idosas, meninas, trabalhadoras, portadoras de deficiências e o ecofeminismo também serão

temas de trabalho desenvolvidos pelas Comissões Temáticas.

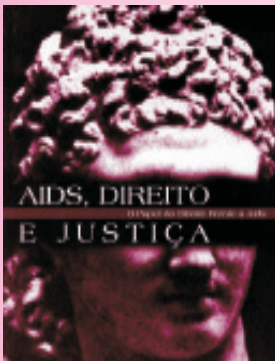
Outras informações: Fone: 83 -241 5271

Mulheres Trabalhando

Começa a ser veiculado, no mês de junho, o programa de tevê "Mulheres Trabalhando". Transmitido pela TV Comunitária de Brasília, o programa é parte do projeto desenvolvido pelo CFEMEA "Relações de Gênero no Mundo do Trabalho: Direitos e Realidades", com o objetivo de promover debates sobre a situação de trabalho da mulher e a

desigualdade de gênero. O projeto é financiado pelo Fundo para a Equidade de Gênero da Agência Canadense de Cooperação Internacional - FIG/CIDA- e tem parceria com as secretarias de mulheres das centrais sindicais CUT, SDS, Força Sindical e CGT. Além do apoio da CONTAG, Flacso (Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais) e do Dieese.

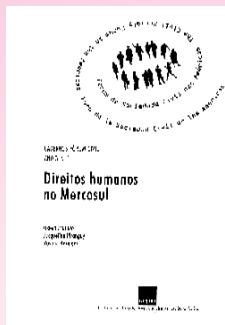
"Mulheres Trabalhando" irá ao ar de 2ª a 6ª feira, às 11h e 23h, pela Net, canal 11.



Aids

O GAPARS (Grupo de Apoio à Prevenção da Aids) lançou a publicação

"Aids, Direito e Justiça: O Papel do Direito Frente a Aids". O objetivo é divulgar a legislação e prática jurídicas referentes a Aids. Mais informações no fone (51) 221-6363, fax (51) 221-6035, ou e-mail gapars@terra.com.br.



Direitos Humanos

O Fórum da Sociedade Civil nas Américas tem entre suas prioridades o debate sobre o papel da sociedade civil

nos processos de integração econômica. A Cepia - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação exerce a Secretaria Executiva do Fórum, que acaba de lançar o 4o número da série Cadernos Fórum Civil. "Direitos Humanos no Mercosul" traz uma análise da legislação e da adesão a tratados internacionais com um quadro comparativo entre Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. Mais informações na CEPIA. Fone/fax (21) 558-6115 ou e-mail forumcivil@ax.apc.org

Bioética



O livro "Bioética: Ensaios", de Sérgio Costa e Debora Diniz, foi lançado durante a 1ª Semana de

Direitos de Mulheres e Meninas: Cidadania e Saúde em Brasília. A publicação é uma reflexão sobre problemas atuais como as novas formas de prática médica e direito d@s pacientes, biotecnologia, projeto genoma humano e pós-genômica, reprodução, pesquisa com seres humanos, identidade, gênero, qualidade de vida e outros. Mais informações no fone/fax (61) 343-1731 ou anis@terra.com.br .